

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**Partido Verde: governamentalidade e dispositivo
ambiental**

Pesquisa do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

pesquisador: Vitor do Amaral Osório
orientador: Prof. Dr. Edson Passetti

dezembro de 2011

Resumo

A década de 60 foi marcada por contestações à estrutura da sociedade. Muito além de querer reformar o Estado, os jovens de idade e de espírito, queriam destruí-lo e inventar outros fundamentos para sua sociabilidade. A ecologia era uma resistência às práticas capitalistas e por consequência ao próprio Estado de direito. Porém, foi um desses jovens rebeldes – o alemão Joseph Beyus, que no final da década de 1970, fundou o Partido Verde alemão institucionalizando e trazendo para dentro do Estado a *vida alternativa*.

Com o exílio na Alemanha, Fernando Gabeira entrou em contato com práticas alternativas de se viver na cidade. Ao voltar para o Brasil, estava engajado em causas ambientais e, em 1986, junto com outros colegas fundou o Partido Verde brasileiro. O auge da força política do partido foi em 2010 com a entrada de Marina Silva no quadro de membros, e sua candidatura à presidência da república, alcançando vinte milhões de votos.

A participação da sociedade civil foi fundamental na campanha de Marina em 2010, já que o PV não fez coligações com outros partidos. A articulação da campanha teve participação de Eduardo Rombauer idealizador do Movimento Marina Silva. Com a saída de Marina, em 2011 do PV, formou-se o Movimento por uma Nova Política que, a olhos mais atentos, está sugerindo a formação de um novo partido para a disputa presidencial em 2014.

Sumário	
Introdução.....	4
1 Relatório de Atividade	
1.1 levantamento bibliográfico.....	5
1.2 Atividades Acadêmicas.....	6
1.3 Atividades extra-acadêmicas.....	6
2 Relatório Científico	
2.1 Joseph Beyus e a formação do PV alemão.....	7
2.2 Fernando Gabeira e o PV brasileiro.....	9
2.3 O PV e o <i>dispositivo</i> ambiental.....	11
2.4 Eduardo Rombauer e o Movimento Marina Silva.....	14
2.5 Uma justificativa institucional e sua ineficácia.....	21
2.6 A saída de Marina do PV e o Movimento por uma Nova Política...23	
Anexo 1.....	28
Anexo 2.....	32
Anexo 3.....	35
Anexo 4.....	41
Referências bibliográficas.....	55

Introdução

Na primeira parte do relatório procuramos apresentar as procedências do Partido Verde brasileiro, a partir da trajetória de Fernando Gabeira e discorrer sobre o Partido Verde alemão – o primeiro entre os Partidos Verdes – focando na figura de Joseph Beyus e sua presença nas contestações políticas da década de 60.

Depois, fizemos uma análise das procedências do Movimento Marina Silva e do Movimento por Uma Nova Política, a partir da figura de Eduardo Rombauer, criador e gestor de ambos. A escolha desse enfoque se deu pela emergência de movimentos parecidos – não partidários – no mundo inteiro, que tem como objetivo a participação na política institucional.

Busquei também mostrar a trajetória política de Eduardo Rombauer e sua ligação com grandes instituições, nacionais e internacionais, governamentais ou não. Ao falar do Movimento por Uma Nova Política, faço uma problematização a partir da perspectiva de Michel Foucault sobre verdade e poder e termino problematizando a necessidade de conscientização ao atrelar as práticas de democracia participativa com a noção de desenvolvimento sustentável.

No apêndice encontram-se um relatório do seminário de Guilherme Castelo Branco, que fez parte do ciclo de seminários do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e*

resistências na sociedade de controle, um relatório do discurso de Marina Silva em uma discussão sobre o Código Florestal realizada no Instituto Fernando Henrique Cardoso em setembro de 2011 ano, um relatório do evento intitulado *Ecosofia*, realizado em maio de 2011, no qual participou José Eli da Veiga, e um relatório sobre a Rio+20.

1 Relatório de Atividade

1.1 levantamento bibliográfico

O primeiro momento da pesquisa de acordo com o planejamento do cronograma se ateve ao levantamento bibliográfico, assim como à coleta de dados e presença em seminários e palestras relacionados e a reuniões com a equipe de pesquisa e com o orientador.

Em um primeiro momento foi feita uma análise de textos e livros sobre a formação do Partido Verde alemão, suas procedências nas revoltas de 68, o contato de Fernando Gabeira com a *vida alternativa* na Alemanha e finalmente a formação do Partido Verde brasileiro.

Em certo momento, a pesquisa desviou o olhar para o *Movimento Marina Silva* e o *Movimento por Uma Nova Política*, a partir da figura de

Eduardo Rombauer, já que o Partido Verde não foi capaz de absorver as tendências desses grupos.

A análise do *Movimento Marina Silva*, assim como o *Movimento por Uma Nova política* foi realizada pela internet no site oficial das duas organizações. A internet também foi fundamental na coleta de notícias a respeito do tema da pesquisa.

1.2 Atividades Acadêmicas

Como parte da programação do projeto temático, tabulei cerca de quinhentas notícias, da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo, referentes ao tema de meio ambiente. As notícias eram tabuladas da seguinte maneira: Data, título, sessão, área temática, resumo, palavras-chaves, conexão com outros fluxos e observações.

Além da tabulação foram feitos fichamentos de textos sugeridos pelo orientador, assim como, participação em seminários realizados pelos coordenadores dos fluxos e filósofos, cientistas políticos e antropólogos convidados, da PUC-SP ou de outras universidades.

1.3 Atividades extra-acadêmicas

Como parte do planejamento, participei de eventos fora da PUC-SP, referentes ao tema. Fui a um encontro no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no qual Marina Silva falou sobre o Código Florestal; ao evento chamado Ecosofia, realizado na Aliança Francesa, em São Paulo, no qual participou José Eli da Veiga – um dos teóricos do desenvolvimento sustentável e economista da campanha de Marina Silva para a presidência em 2010. Compareci, também, ao encontro do Comitê Paulista Facilitador para a participação da sociedade civil na Rio+20, assim como do primeiro encontro do Comitê Universitário facilitador para a participação dos jovens na Rio+20. Todos esses eventos foram fundamentais para a produção deste relatório.

2 Relatório Científico

2.1 Joseph Beyus e a formação do PV alemão

Michel Foucault aponta que entre os movimentos de concentração estatal e o de dissidência religiosa no século XVI aparece o problema de como

ser governado, “por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. Problemática do governo em geral”.¹

A governamentalidade na sociedade de controle busca trazer para dentro aqueles que em algum momento foram resistências a práticas capitalistas e ao planejamento socialista. Foi o caso daqueles que buscavam uma forma de vida alternativa, criticando a própria existência do Estado, e acabaram capturados pelo dispositivo ambiental culminando na formação de um partido político *alternativo*: o Partido Verde.

Na Europa, o Partido Verde Alemão é o primeiro a surgir e um de seus membros fundadores, o artista plástico Joseph Beyus, teve participação ativa durante os levantes da década de 60.

Beyus fez parte do grupo artístico Fluxus. Seus membros afirmavam posicionamentos políticos por meio de *happenings* e performances. Beyus acreditava na revolução pessoal por meio de uma revolução dos conceitos. Estava pautado na ideia de mudança a partir do poder de cada um, afirmando a soberania do indivíduo como forma de libertação: “O homem precisa saber que, em sua liberdade e na ação exercida conscientemente, o *eu* se reconhece como soberano, como aquele que determina”². Mas para Beyus, o caminho para a libertação não se fazia sozinho e para que a soberania de

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 2011, p.278.

² D’AVOSSA, Antonio. Joseph Beuys: a revolução somos nós, In: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós* realizada no Sesc Pompéia entre Setembro e Novembro de 2010. Associação Cultural Videobrasil, Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo, direção e curadoria geral de Solange Oliveira Farkas, curador convidado Antonio d’Avossa. Edições SESC-SP, São Paulo, 2010. p.13.

cada um fosse respeitada, a democracia direta, onde as decisões são tomadas por meio de plebiscitos, seria a forma política mais adequada.

Em 1971, Beyus funda a Universidade Livre Internacional que, segundo suas próprias palavras,

(...) é uma comunidade internacional de pesquisa. Seu círculo de colaboradores é relativamente pequeno. Não é possível frequentar a F.I.U. Trata-se, simplesmente, do projeto de uma nova sociedade, para além do capitalismo e do comunismo. Para realizar essa tarefa, cada um tem de encontrar apoio em si mesmo.³

Beuys leva para a F.I.U. o conceito *tripartição do organismo social*, de Rudolf Steiner. De acordo com ele, dentro do organismo social existiam três esferas de luta: vida intelectual-cultural, vida jurídica e vida do trabalho (ou vida econômica). Cada uma deveria ser organizada de acordo com os seguintes princípios: liberdade, igualdade e fraternidade.

Em 1979, os membros da Universidade Livre Internacional, junto com outros grupos alternativos, fundaram o Partido Verde alemão. Este surge a partir da urgência de mobilização parlamentar dos grupos alternativos.

O ponto decisivo para esta tentativa é a compreensão do movimento alternativo em seu conjunto. Este se compõe de toda uma pletora de correntes, iniciativas, organizações, instituições etc. Elas só terão uma chance de sucesso se andarem juntas. Uma

³ RAPPMANN, Rainer. Universidade Livre Internacional, In: IDEM p. 45.

iniciativa eleitoral conjunta não significa a existência de organizações partidárias, programas partidários, debates partidários no estilo antigo. A unidade que se faz necessária só pode ter uma unidade na multiplicidade.⁴

Antes da criação do Partido Verde alemão, Beyus e seus colegas membros da F.I.U., publicaram ,em 1978, o texto “conclamação a alternativa”. Nele se expressava a ideia de uma nova sociedade, que se concretizaria a partir de uma revolução dos conceitos.

Nesse novo modelo de sociedade, o Estado estaria reduzido “à função de decidir os direitos e deveres democráticos válidos para todos”⁵, na medida em que este seria uma contradição à autodeterminação e a descentralização da autogestão. A liberdade se daria no equilíbrio entre a autodeterminação e a compreensão do todo: em um sistema de produção baseado na divisão do trabalho, é difícil para cada indivíduo ter uma compreensão do todo. Assim, seria preciso criar um sistema de consultoria – por meio de *grêmios curadores e consultores* – para “produzir algo voltado para as necessidades dos outros”⁶, que substitua o Estado como órgão condutor do desenvolvimento da sociedade.

⁴ BEYUS, Joseph. “Conclamação à Alternativa”. In: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós*, op. cit., p.55.

⁵ Idem p.54.

⁶ Ibidem.

2.2 Fernando Gabeira e o PV brasileiro

A formação de um partido verde no Brasil só poderia acontecer a partir da metade do ano de 1986, quando fosse convocada a Assembleia Constituinte. Um dos fundadores do Partido no Brasil foi Fernando Gabeira. . Mas mesmo sem partido constituído, o movimento apoiou, nas eleições de 1982, candidatos ligados a causas ecológicas e feministas. Foi o caso de Lucia Arruda e Listz Vieira, eleitos deputados estaduais pelo PT-RJ⁷.

Durante os anos de exílio que Gabeira tomou contato com uma vida alternativa. Segundo ele, nesses países é mais fácil se tornar um trabalhador alternativo, que, apesar de inserido no sistema, não pretende conquistar “ascensão social ou enriquecimento. (...) Nos países avançados existem trabalhos sazonais, bicos, uma série de saídas para quem busca sobreviver para se dedicar a alguma outra coisa”⁸. Esses trabalhadores se acostumaram com um nível de conforto material mais baixo do que o trabalhador convencional, porém, tiveram muito mais tempo para se dedicar a outras

⁷ Alguns anos depois, Listz Vieira foi um dos coordenadores do Fórum Global – Conferência Rio-92 da ONU, coordenador do Fórum Internacional de ONGs de 1991 a 1995, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro em 2002, e, a convite da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é, desde 2003, presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

⁸ GABEIRA, Fernando. *Vida Alternativa: uma revolução do dia a dia*. Porto Alegre, LP&M, 1985. (p.28).

atividades fora do trabalho. Seu trabalho alternativo “iria ser definido no chamado tempo livre – artigos, conferências, debates sobre o Brasil etc”⁹.

Em 1986, junto com escritores, artistas e outros exilados – entre os quais Alfredo Sirkis, Herbert Daniel, Guido Gelli e Lucélia Santos – Fernando Gabeira fundou o Partido Verde no Rio de Janeiro. Seu texto fundador foi lançado em janeiro de 1986, no Teatro Clara Nunes, no Rio de Janeiro. Nele o Partido afirma lutar por *formas alternativas de vida*, pela autonomia e liberdade e por *uma sociedade cada vez mais descentralizada*. Identifica uma *crise na civilização* que, assim como na “Conclamação à Alternativa” de Beyus, só seria superada a partir da consciência de cada um. No texto, o futuro da humanidade estaria em perigo devido aos “riscos de proliferação nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais, a violência crescente nos grandes centros urbanos”. O texto termina chamando a atenção para a importância da questão ecológica para o Brasil – devido à quantidade de natureza a ser preservada – e aponta que a devastação da natureza brasileira estava em ritmo acelerado por conta da “voracidade dos modelos econômicos predatórios, pelo capitalismo selvagem e o descaso e inoperância do Estado”.¹⁰

⁹ idem, p.50

¹⁰ *Manifesto do Partido Verde* apud SANTOS, Adriana Vitória. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

Ao longo dos anos o Partido teve pouca expressão nas eleições, suas forças se concentravam em eleições parlamentares principalmente na figura de Fernando Gabeira. Nas eleições presidenciais de 2010, o PV lançou Marina Silva como candidata à presidência e alcançou quase vinte milhões de votos sem aliança com outros partidos. Essa “nova forma de fazer política” teve grande repercussão entre os jovens e inaugurou uma maneira de angariar doações para a campanha através da internet.

2.3 O PV e o *dispositivo* ambiental

O ambientalismo defendido pelo PV tem as características da noção de *dispositivo* – utilizada por Michel Foucault e mais tarde também desenvolvida por Giorgio Agamben. Segundo Agamben, o termo *dispositivo* tem relação direta com a *positividade* de Hegel. Este utiliza o termo para diferenciar a religião natural – que diz respeito à ligação direta entre razão e o divino – da religião positiva – aquela que se impõe ao homem por meio de coerção num certo momento e numa certa sociedade. Para Hegel, positividade seria o elemento histórico.

Dispositivo foi uma tradução feita pelos padres latinos do termo grego *oikonomia*. Esse foi formulado pela primeira vez por teólogos afim de que a questão da Trindade das figuras divinas fosse aceita entre seus opositores.

Eles afirmavam que Deus, apesar de uno em substância, era tríplice na sua *oikonomia*, ou seja, na maneira em que cuidava de sua criação.

Ao mesmo tempo em que Deus está entre nós, encarnado na figura de Jesus Cristo que nos salvará, a substância de Deus, seu ser puro, está separado de sua ação administradora, sua *oikonomia*. A relação de Deus está para a Providência, assim como o sujeito está para a ação. Admitindo essa procedência teológica do termo *dispositivo* compreendemos que este está sempre relacionado a um processo de subjetivação.

Os “dispositivos” de que fala Foucault estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de alguma maneira reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo das criaturas. O termo dispositivo nomeia aquilo em que por meio da qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito¹¹.

Nos dias de hoje, ainda segundo Agamben, dispositivo pode ser “qualquer coisa que tenha de algum modo capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as

¹¹ AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, Argos, 2010, p.38.

condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”¹². O sujeito apareceria da relação entre o *ser* e essas exterioridades chamados dispositivos. Portanto, o ser está separado do vivente e de seu meio ambiente. Assim, torna-se possível o ser reconhecer-se enquanto tal e criar seu próprio mundo a partir dos seus desejos.

O dispositivo ambiental passou a organizar indivíduos, movimentos sociais, partidos políticos, em prol de uma conduta ecologicamente correta em benefício do desenvolvimento sustentável. O Partido Verde brasileiro tem participação fundamental neste processo: exemplo disto é a aprovação, em 1992, da Lei de Incentivos Fiscais Para Projetos Eco-culturais, que possibilitou a realização, no Rio de Janeiro, do Fórum Global 92, realizado ao mesmo tempo e paralelamente à Conferencia das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Participaram do Fórum mais de dez mil organizações não governamentais que desenvolveram o primeiro texto da *Carta da Terra*. Esse documento continha princípios éticos a serem seguidos e implantados por ONGs para a construção de uma sociedade global, justa, sustentável e pacífica.¹³

A sujeição ao dispositivo ambiental acontece em benefício da noção de *qualidade de vida*. Michel Foucault aponta que na *teoria de governo*, o governo deve organizar e conduzir as *coisas* a um fim conveniente. Ele chama a

¹² Idem, p.40.

¹³ <http://www.cartadaterrabrasil.org>. Acessado em 11/08/2011 às 19h30m.

atenção para o uso da palavra *coisa*, já que no princípio jurídico da soberania, o soberano tinha domínio sobre o território e seus habitantes. “O território é o próprio fundamento do principado ou da soberania”¹⁴, já na teoria de governo, o governo cuida de seus indivíduos, presta atenção nos seus hábitos e costumes. Portanto, é “um governo dos homens em suas relações com as outras coisas”¹⁵. A noção de qualidade de vida, por sua abrangência, torna-se o fim ideal do governo dentro de uma sociedade de controle contínuo.

Em benefício à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável, aumenta-se o controle por meio da expansão dos sujeitos de direitos para a natureza e para as gerações futuras. “Não é mais possível imaginar o desenvolvimento, sem que isso se traduza em duas responsabilidades: como atender os reais direitos das gerações presentes, sem que isso signifique comprometer os reais e legítimos direitos daqueles que ainda não nasceram”.¹⁶

2.4 Eduardo Rombauer e o Movimento Marina Silva

Um dos responsáveis pela campanha de Marina nas eleições presidenciais foi Eduardo Rombauer. Rombauer nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1982, foi criado em São Paulo e atualmente mora em Brasília. Ele

¹⁴ FOUCAULT, Michel. Op. cit, p.282.

¹⁵ Idem, p.282.

¹⁶ Discurso de Marina Silva na sua filiação ao PV. Disponível em: <http://www.joseluizpenna.com.br> Acessado em 11/08/2011, às 15h.

se intitula como um *profissional de desenvolvimento das organizações* e é casado com Elisa Marie, uma jovem de 26 anos interessada em jogos cooperativos, “se o importante é competir o fundamental é cooperar”¹⁷.

Rombauer começa sua vida profissional com o apoio do Centro Cultural Elenko onde participava e promovia o Sarau Elenko. Em 1998, seus fundadores, ainda sem um nome definido, “tinham um objetivo claro: queriam um lugar que abarcasse todo o tipo de manifestações cultural possível, incluindo as artes, debates e vivências” (?). Logo encontraram um espaço: o Centro Cultural Elenko/KVA, localizado na rua cardeal arco verde, no bairro de pinheiros em São Paulo.

“Localizada em pinheiros era uma das maiores casas noturnas da cidade, com atividade culturais de diversos tipos – e o mais sincrônico: uma sala recém disponibilizada para algum tipo de atividade, naquele momento indefinida [...] artistas, estudantes, membros dos movimentos negro, anarquista e alternativos, gente de várias regiões da metrópole se tornaram freqüentadores assíduos...”¹⁸

O sarau tinha uma carta de princípios onde podemos notar o interesse em uma mudança de valores que levaria o mundo à uma situação mais

¹⁷ Disponível em www.jogoscooperativos.com.br acessado em 01/12/11

¹⁸ Disponível em www.ybytucatu.com.br acessado em 02/12/11

saudável a partir de praticas que valorizam a diversidade de *ideologias, filosofias e religiões*.

Acreditamos que as relações do mundo devem ser mais saudáveis; Desenvolvemos o sentimento e a pratica de comunidade, o poder de criação individual e coletiva, e o cultivo do amor solidário em nossas relações; Contribuímos assim nas transvaloração da ética social, rumo a um mundo livre, solidário e plural, que valoriza profundamente a diversidade humana; aqui a cultura não é um mero bem de consumo; aqui trocamos; todos têm algo a oferecer e a receber; aqui a liberdade é coletiva: respeita-se a ética construída na relação entre todos os participantes de cada sarau; Aqui somos auto-organizados: todos são responsáveis pela manutenção do espaço físico e pela divisão das tarefas organização; Todos os grupos sociais, todas as gerações, todas as ideologias, filosofias e religiões, enfim, toda a gente é convidada a participar desse espaço, desde que respeite os participantes e os princípios do lugar”¹⁹.

As atividades desse grupo fomentador de saraus chamou a atenção do Instituto Polis. Este foi fundado em 1987 por um grupo de pessoas interessadas em construir conhecimento que fortalecessem “as iniciativas de democratização da gestão pública municipal e de formulação de políticas públicas inovadoras orientadas para promover a inclusão social”²⁰. O instituto introduziu a questão urbana na pauta da Conferencia das Nações Unidas em

¹⁹ idem

²⁰ disponível em www.polis.org.br acessado em 03/12/11

Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento (Rio92), assim coordenou a elaboração do “Tratado por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, que se constituiu uma referência mundial na discussão da sustentabilidade das cidades”²¹. O instituto tem, hoje em dia, como seu coordenador geral Silvio Caccia Bava, sociólogo e mestre em ciências políticas pela USP, membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ex Presidente da Associação Brasileira de ONGs entre outros.

A relação com o Instituto Polis possibilitou a Rombauer o contato com a Rede Jovem de Aliança por um Mundo Responsável e Solidário – *Alliance for a Responsible, Plural and United World* – uma rede internacional preocupada com os “desafios que os jovens estão enfrentando por todo o mundo”²², investindo em seu potencial criativo para “contribuir com as mudanças positivas e sustentáveis na nossa sociedade”²³. Robembauer participou dessa rede, por dois anos, realizando articulações e convergências entre jovens artistas e organizações de juventude foi aí que descobriu sua vocação para *facilitador de processos participativos*²⁴.

A partir de então, participou do Conselho Participativo de São Paulo, publicou o livro *Métodos e Atitudes para Facilitar Reuniões Participativas* e fez parte da coordenação do planejamento do governo do Acre. Com a eleição de

²¹ idem

²² disponível em www.alliance21.org acessado em 07/12/11

²³ idem

²⁴ disponível em www.eduardorombauer.wordpress.com acessado em 07/12/11

Lula, mudou para Brasília e começou a prestar serviço para os ministérios e para o ENAP – Escola de Administração Pública – uma instituição focada no desenvolvimento de

“competências de servidores para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Para tanto, atua por meio de oferta de cursos e programas para desenvolvimento técnico e gerencial, formação e aperfeiçoamento de carreiras e especialização, nas modalidades presencial, a distância e mista”²⁵.

Rombauer foi moderador nos planejamentos estratégicos das duas gestões, do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil e participou das conferências de segurança alimentar, Infância Juvenil do Meio Ambiente e de Juventude e segurança pública.

Dessa maneira Rombauer foi construindo uma equipe e, em 2008, constituiu a empresa *Holon-Soluções Integrativas* que desenvolve novos processos e metodologias participativas. Paralelamente a isso, Rombauer participou da criação do Movimento Marina Silva.

Este movimento gira em torno da figura de Marina Silva, não tem ligação direta com nenhum partido, mas seus ativistas acreditam no processo eleitoral e em uma transformação a partir do Estado. O movimento surgiu em 2009 e conta com mais de 46 mil membros, entre eles artistas e celebridades como Arnaldo Antunes, Caetano Veloso, Fernando Meirelles e Lenine.

²⁵ disponível em www.enap.gov.br acessado em 08/12/11

“ O movimento quer ajudar Marina Silva a eleger-se presidente da República do Brasil. O movimento é autônomo e transversal a partidos, grupos e organizações. O movimento é um movimento. O movimento não pretende ser nada mais nem nada menos que um movimento. O movimento está em constante transformação. É como a história, que se faz na medida em que fazemos”²⁶ .

Após o anúncio de Marina Silva como candidata a presidente pelo Partido Verde, os gestores do movimento, liderados por Rombauer, inauguraram um sistema de doação a campanha, via internet, que se assemelhava ao utilizado por Barack Obama na campanha presidencial norte-americana de 2008. As doações eram feitas por cartão de crédito e poderiam ser de qualquer valor.

“As doações feitas pelos internautas servirão para ajudar a pagar as despesas da campanha. As contribuições de várias fontes, pequenas, mas variadas, são fundamentais no aprimoramento da democracia. O candidato deixa de depender somente dos grandes doadores”²⁷

O maior doador da campanha foi o candidato a Vice Presidente, Guilherme Leal, que doou mais de R\$11 milhões. Além disso empresas dos setores que mais agridem o meio ambiente como mineração e metalurgia –

²⁶ Disponível em www.movmarina.org.br acessado em 10/12/11

²⁷ Disponível em www.minhamarina.org.br acessado em 01/12/11

Companhia Brasileira de Siderurgia e Mineração (R\$ 300 mil), Companhia Metalúrgica Prada (R\$ 150 mil), Urucum Mineradora (R\$ 500 mil) –, papel e celulose – Suzano (R\$ 532 mil), Klabin (R\$ 250 mil) –, fertilizante e cana de açúcar – Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (R\$ 250 mil), COSAN (R\$ 250 mil) – ao todo doaram R\$ 3 milhões, que corresponde a 12,5% do total arrecadado²⁸.

O Movimento Marina Silva foi responsável também pela idealização da Casa de Marina. A campanha convoca quem quiser a abrir uma Casa de Marina dentro de sua própria casa, “é a residência ou o local de trabalho de quem quer ver Marina Silva Presidente do Brasil”²⁹. Não há burocracia envolvida e tudo pode ser agilizado pela internet. Estas vão além dos comitês eleitorais: “a diferença da Casa de Marina de um comitê é que o comitê recebe e distribui material, a Casa de Marina tem um potencial criativo de bolar as atividades”³⁰.

Um dos slogans da campanha é o *faça você mesmo!*. Os membros do movimentos são estimulados a criar formas de fazer campanha mas seguindo *nada mais que sugestões*. “O uso imperativo em algumas frases do texto não tem, na verdade, nada de imperativo. Tudo o que produzimos são apenas sugestões para servir de referência ou inspiração para quem quiser fazer

²⁸ Fonte: Agência Brasil.

²⁹ Disponível em www.minhamarina.org.br acessado em 01/12/11

³⁰ Disponível em www.movmarina.com.br acessado em 04/12/11

mobilização para/com/por Marina. Se você quiser fazer diferente, faça. Fazer é o mais importante”³¹.

Interessante notar que *faça você mesmo* é uma expressão que ganha força no movimento punk. A expressão está inserida em um contexto de jovens rebeldes que faziam música e resistiam a captura de sua potencialidade pelas grandes gravadoras da época: *DIY*³² *not EMI*.

Mais do que modo juvenil ou produto do indivíduo cultural – como querem as definições sociológicas de gabinete – o punk rock deu forma, trilha e estética aos jovens que odiavam a família, a escola, a igreja, o exército, a polícia, o emprego, o Estado, enfim, toda e qualquer autoridade que se apresentasse a eles como tal,³³

uma apropriação, ou resignificação de uma expressão utilizada por jovens que queriam “destruir o sistema” e que, com a campanha do *movimento marina silva*, passa a representar a vontade daqueles que, por vontade própria, contribuem com suas potencialidades para que mantenha-se intocados valores estruturais da nossa sociedade – como a propriedade e o castigo – em benefício da melhoria de si e dos outros.

³¹ idem

³² abreviação de *Do it Yourself*, tradução para o inglês de *Faça Você Mesmo*. Ou seja, produza suas música do seu jeito, sem depender das grandes gravadoras e distribuidoras como a Electric and Musical Industries Ltda (EMI).

³³ AUGUSTO, Acácio. Das canções que animam rebeldes in *Verve: Revista Semestral do NU-SOL* – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. N°20 (Outubro de 2011 -). – São Paulo: 2011.

A campanha presidencial de Marina Silva em 2010 utilizou dispositivos fundamentais da sociedade de controle, como a internet e redes sociais, para trazer para a campanha jovens interessados em *reformas políticas responsáveis*:

“Os Jovens, as crianças se envolvem onde há cheiro de mudança, de transformação: que é a transformação responsável baseada em engenharia, processos e estruturas concretas, mas não abrem mão de sonhar para ver mudar o futuro que a gente quer cada vez melhor para nossos filhos e netos”³⁴

Os jovens com suas potencialidades tornam-se alvos preferenciais das políticas que promovem a sustentabilidade: pretende-se concretizar uma cultura de sustentabilidade, “mas para que isso aconteça, é fundamental a força e o envolvimento da juventude”³⁵. O desejo de qualidade de vida contribui para o governo, não só dos homens com as coisas, mas das coisas com as coisas, por fim, o governo da vida no planeta.

Do arco que empurra flecha, quero a força que a dispara, do alvo que é mirado, quero que o faz desejado. Do desejo, que busca o alvo, quero o amor por razão. Só assim, não terei armas. E, assim, não farei guerras e assim fará sentido o meu passar por esta Terra. Sou o arco, sou a flecha. Sou todo em metades. Sou as partes que se mesclam nos propósitos e nas vontades. Sou o arco por primeiro.

³⁴ Discurso de Marina Silva em convenção do PV. Disponível em: <http://www.minhamarina.org.br>
Acessado em 10/06/2011, às 19h.

³⁵ Discurso de Marina Silva em sua filiação ao PV. Op cit.

Sou a flecha por segundo. Sou a flecha por primeiro, sou o arco por segundo. Buscai o melhor de mim, e terás o melhor de mim. Darei o melhor de mim onde precisar o mundo. Que o mundo possa levar o melhor de cada um de nós, nesse ato, nesse gesto, de acolhimento, que é do Brasil, que é do planeta, que é de um mundo melhor.³⁶

2.5 Uma justificativa institucional e sua ineficácia.

O Partido Verde brasileiro pode ser considerado um partido de *institucionalização fraca*, expressão desenvolvida por Panebianco (2005), por *institucionalização* entende-se:

(...) o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido. (...) Esse processo implica a passagem da organização “consumível” (isto é, puro instrumento para a realização de certos objetivos) à *instituição*. Se o processo de institucionalização tem sucesso, a organização perde, pouco a pouco, o caráter de instrumento estimado por si mesmo não por si mesmo, mas somente em vista dos objetivos organizativos: adquire valor em si, os objetivos são incorporados à organização, e dela se tornam inseparáveis e, geralmente, indistinguíveis. Característico de um processo de institucionalização bem-sucedido é o fato de que, para a maioria, o “bem” da organização tende a coincidir com os seus objetivos (...). A organização torna-se ela própria, “objetivo”

³⁶ Idem.

para uma grande parte dos seus afiliados e, desse modo “carregasse” de valores.³⁷

A institucionalização do partido é decorrente de dois processos: o desenvolvimento de interesses organizativos, ou seja, a formação de uma elite partidária – que deve ser constantemente atualizada – por meio de distribuição de cargos de prestígio e possibilidades de carreira para seus membros, em todos os níveis organizativos; e o desenvolvimento de lealdades organizativas difusas, um processo de distribuição de incentivos coletivos para militantes e eleitores, a formação de um “identidade coletiva”.

Toda organização está, necessariamente, envolvida em relações de troca com o próprio ambiente: deve extrair recursos (humanos e materiais) indispensáveis ao seu próprio funcionamento e, para obtê-los, deve dar em troca recursos “produzidos” no seu interior. Um partido deve distribuir incentivos de várias espécies, não só aos próprios membros, mas também aos “usuários” externos (os eleitores, as organizações de apoio etc.). Uma organização tem autonomia quando desenvolve a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente. (...) Uma organização com pouca autonomia é uma organização que exerce pouco controle sobre o próprio ambiente; que mais se adapta a ele do que faz adaptar-se a si própria³⁸.

³⁷ PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo, Martins Fontes: 2005, p.100.

³⁸ Idem, pp. 104-105.

Os partidos que tem fraca relação com o ambiente, que depende do exterior, como por exemplo incluir nas suas listas eleitorais muitos candidatos sem carreira anterior no partido são considerados partidos com *institucionalização fraca* o que significaria uma força política menor. Isso poderia explicar o porquê Marina Silva, depois de alcançar vinte milhões de votos na campanha presidencial de 2010, decidiu abandonar o quadro de membros do Partido Verde. Porém, essa perspectiva não explicita a composição das forças que fizeram Marina Silva alcançar essa quantidade de votos e porquê o Partido Verde não foi capaz de absorver a figura de Marina e o que ela representa. Esse tema será abordado no próximo relatório.

2.6 A saída de Marina do PV e o Movimento por uma Nova Política.

Com a saída de Marina Silva do Partido Verde, o Movimento Marina Silva serviu de base para o Movimento por Uma Nova Política:

“Não se trata de negar as instituições de Estado e o sistema representativo. Sabemos de sua importância e de seu papel, mas não podemos fechar os olhos para seus desvios. Devemos exigir que saiam de suas velhas práticas e acordem para o presente. Para isso, a sociedade brasileira precisa recuperar a sua iniciativa no campo político, construir coletivamente sua vontade e fazê-la valer”³⁹

³⁹ Trecho do discurso de Marina Silva, no dia 07 de Julho de 2011, no Espaço Crisantempo em São Paulo. Disponível em www.novapolitica.org.br. Acessado em 07/12/11

Segundo Rombauer, o Movimento por Uma Nova Política busca integrar pessoas de fora dos partidos para fazer política junto do governo. “Há uma multidão de pessoas que querem fazer política e que não querem estar dentro dos partidos [...] os partidos não dão conta de acolher todos os que querem estar na política. Por quê tem que haver um monopólio da política pelos partidos? [...] quiçá um presidente ou uma presidente sem partido⁴⁰, por que não?”⁴¹.

Rombauer destaca a importância de coletividades que se organizam para fazer política sem a necessidade de estarem dentro de partidos políticos, como, por exemplo, a Rio+20, e o que é preciso é que essas pessoas, interessadas numa nova política se conectem entre si.

“Uma multidão com um potencial enorme que só precisa ser ativada, e para nós ativarmos esse campo, essa emergência, essa força gigantesca que está pulsando, nós precisamos nos compor. Nós estamos num momento disperso e é muito bom isso. Vamos ser dispersos conscientemente e unidos na nossa intenção. Porquê essa dispersão, essa multidão que está se organizando na Rio+20, nas Casas de Marina e em múltiplas e múltiplas iniciativas que estão

⁴⁰ Porém, segundo a constituição brasileira é obrigatório a filiação partidária para se eleger presidente: § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a *filiação partidária*;

⁴¹ Trecho do discurso de Eduardo Rombauer, no dia 07 de julho de 2011, no Espaço Crisantempo em São Paulo, disponível em www.novapolitica.org.br. Acessado em 07/12/11

bombando por aí, acho que temos que nos voltar a essas múltiplas formas de fazer acontecer e nos conectarmos na causa aonde ela estiver”⁴².

Interessante notar que apesar de Rombauer destacar a positividade da dispersão e as *múltiplas e múltiplas iniciativas que estão bombando por aí*, todos os que falaram neste evento – realizado no Espaço Crisantempo, no dia 07 de julho de 2011, intitulado I Encontro para Uma Nova Política – tem ligação com grandes instituições com atuações na política nacional e global: o próprio Rombauer, como já mostramos acima, se ligou com o Instituto Polis, com a Rede Jovem da Aliança por Um Mundo Responsável e Solidário e com o Governo Federal. Outro que falou nesse dia foi Oded Grajew, que é coordenador geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, participou da fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Idealizou o Fórum Mundial e é membro do Conselho Consultivo da Global Compact, desenvolvido por Kofi Annan. Portanto podemos observar que esses intelectuais estão dentro de algo, seja instituição, fundação, partidos políticos, porém, não adotam para si o discurso desses grupos, mas se movimentam entre eles articulando diferentes pessoas e negociando com diferentes instituições em benefício de uma determinação de conduta global

⁴² idem.

como a sustentabilidade. e se encaixam no que Michel Foucault chamou de intelectual específico.

Segundo Foucault, Durante muito tempo o intelectual foi o grande portador de valores considerados justos e verdadeiros para todos. Eram intelectuais universais. Eles surgem a partir da figura do jurista-notável que luta pelo o que é justo por razão e por natureza. Sua expressão maior é o escritor.

A partir da Segunda Grande Guerra, o discurso intelectual passa a atrelar-se com um conhecimento específico. Surge a figura do intelectual específico. Quem faz a ponte entre o universal e o particular é o físico atômico. Seu conhecimento, apesar de específico tem um discurso global. Esse tipo de intelectual “é aquele que detém, com alguns outros, ao serviço do Estado ou contra ele, poderes que podem favorecer ou matar definitivamente a vida” (FOUCAULT, 2011, p.11).

É certo que esse intelectual não surge de repente a partir da Segunda Grande Guerra. Ele já estava sendo criado na biologia e dentro dos evolucionistas pos Darwin. “Em nome de uma verdade científica local – por importante que seja – se faz a intervenção do cientista nas lutas políticas que lhe são contemporâneas” (Idem, p.11).

O poder político do discurso específico permite uma interconexão entre saberes onde cada intelectual, no seu lugar, contribui para uma politização global. Assim, a figura que desponta como privilegiada dentro

desse esquema é o professor universitário já que, dentro da universidade se encontra no meio de conexões intelectuais, e suas problematizações tem repercussão acentuada.

A chamada crise da universidade não deve ser interpretada como perda de força mas, pelo contrario, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem (Idem, pp. 9-10).

É importante que o intelectual específico assuma cada vez mais responsabilidades políticas enquanto especialista de alguma coisa. Pois qualquer verdade “não existe fora do poder ou sem poder”(Idem, p.12). A verdade é “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”(Idem, p.13). É importante pensar como são produzidas e sustentadas as verdades dentro de certa economia política da verdade de cada sociedade.

Na sociedade de controle, as relações de poder são contínuas e organizadas em fluxos, “temperando vigilâncias e monitoramentos, voltados para neutralizar, imobilizar ou capturar as resistências com mais velocidade”⁴³. As práticas de governo ininterruptas constituem um exercício de governo de si em torno da ideia de capital humano. Os fluxos de

⁴³ PASSETTI, Edson. Foucault e a Transformação, in *Pensamento e Teoria nas Ciências Sociais – Referências clássicas e contemporâneas*. Orgs. Lúcia Bogus, Simone Wolff, Vera Chaia. EDUC, São Paulo:2011, p.213.

informação e comunicação movimentam indivíduos incluídos em busca de novos direitos. O direito do soberano de provocar a vida a partir do investimento no corpo útil, praticado na sociedade disciplinar, foi redimensionado para o investimento no corpo produtor de inteligência. “Avolumam-se os indícios de vida inédita e livre, apesar de mais controlada”⁴⁴. Dessa forma a conscientização e a produção de cada um contribue para o governo não do corpo humano, ou da população, mas do planeta. “A sustentabilidade, a cumplicidade de todos, a ordenação por sua conservação e melhorias exige que todos sejam ocupados e ajustados para viver sob a administração das inteligências”⁴⁵.

O intelectual que se situava em certo campo, tomava para si as reivindicações de sua localidade, assumindo certo escopo para sua crítica. Na sociedade de controle, devido aos fluxos constantes passa a submeter-se a variedade de ocupações necessárias, ficando sujeito à participação colaborativa, e, como tal, disponível à alternativas e negociações em benefício do aperfeiçoamento da democracia.

“É a partir do local recoberto por tramitações planetárias articuladas pela sociedade civil organizada e governos que se produz participação contínua, negociada e apta. Perpassando os diversos planos dessa *nova* consolidação, o intelectual especialista ganhou inúmeros perfis ajustados e variáveis que o situaram, agora,

⁴⁴ Idem, p.216.

⁴⁵ Idem, p.216

entre diversos fluxos velozes e modificáveis, como um intelectual *modulador*”⁴⁶.

O controle por meio de fluxos exige um enfraquecimento das especificidades em benefício de um pluralismo colaborativo. A democracia deve ser reformada e estendida no sentido de uma nova globalização; permitir a expansão dos direitos, produzindo assim a institucionalização das vontades das minorias. Essas se tornam elites secundárias que auxiliam as elites tradicionais no governo do planeta. O intelectual modulador transita pelos diferentes espaços, sem se prender a nenhum, contribuindo para a valorização das variedades, mas deixando intocados os princípios da soberania. “Convocados a participar por dentro e por fora da materialidade e das imaterialidades, e convencidos da prática democrática participativa, colaboram para a institucionalização de outro novo dentro do Mesmo”⁴⁷.

Oded Grajew, em sua fala, destacou a importância de ser fiel a uma causa e por isso Marina Silva deixou o Partido Verde. Foi preciso se “desfiliar do partido político para não perder a causa”⁴⁸. Como empresário bem sucedido Grajew apontou para os perigos que o sucesso pode trazer. Segundo ele, muitos projetos começam em benefício de uma causa, mas quando alcançam o sucesso passam a se importar apenas com o poder: “esse

⁴⁶ Idem, p.219.

⁴⁷ Idem, p.220.

⁴⁸ Trecho do discurso de Oded Grajew, disponível em www.novapolitica.org.br. Acessado em 07/12/11

movimento vai ser bem sucedido, o que nos une é a causa, os valores, o que não podemos é cair na tentação que traz o risco do poder”⁴⁹.

Nesta perspectiva o poder está diretamente associado ao sucesso, portanto, para se ter poder é preciso ter sucesso. Se estabelece assim uma relação de causa e efeito onde o sujeito se transforma e só assim alcança o poder. Quando se chega lá, outra questão aparece: o que fazer com o poder? Ou caímos na tentação e nos perdemos nas suas malhas num movimento auto-destruidor ou então, no caso de um movimento que tem como princípio a democracia participativa atrelada ao desenvolvimento sustentável, o poder serve para possibilitar a participação de cada um no sentido do desenvolvimento sustentável. Neste caso, impossível deixar de lado um processo de conscientização da população em torno da idéia de que o desenvolvimento sustentável é verdadeiramente bom.

⁴⁹ idem

Anexo 1

Relatório Seminário Eopolítica, Guilherme Castelo Branco.

Hegel trabalha considerando um primeiro momento mítico, onde um determinado estado de coisas justifica teorias e formas de um governo, de um Estado... a totalidade de um Estado é explicada e justificada baseada nesse primeiro momento mítico, exemplo disso são as teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau.

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, ao unir-se a todos, obedeça somente a si mesmo e continue tão livre quanto antes’. Esse é o problema fundamental para qual o contrato social oferece a solução” (ROUSSEAU, 2010,p.33)

O termo sujeição para Hegel está relacionado a dialética entre senhor e escravo, presente na “ciência do espírito”, diz respeito a duas forças; 2 sujeitos onde um deles reconhece-se como escravo e reconhece o outro como senhor. Há uma desigualdade de forças evidente para os dois sujeitos em questão, ou seja, ambos fazem parte de um mundo onde existem sujeitadores e sujeitados. Dessa forma, Hegel encontra na desigualdade de forças natural a explicação para a desigualdade social. Existe uma fatalidade na História.

[...] o singular deve também percorrer os degraus-de-formação-cultural do espírito universal, conforme seu conteúdo; porém, como figuras já depositadas pelo espírito universal, conforme seu

conteúdo; porém, como figuras já depositadas pelo espírito, como plataformas de um caminho já preparado e aplainado” (HEGEL, 2008, p.41).

Foucault trabalha numa perspectiva anti-hegeliana. Ele se inscreve nas teorias de Nietzsche e Kant. Ambos pensam a política a partir do presente, não trabalham com um momento originário.

“Causa e efeito: essa dualidade não existe provavelmente jamais – na verdade, temos diante de nós em *continuum*, do qual isolamos algumas partes; assim como percebemos um movimento apenas como pontos isolados, isto é, não o vemos propriamente, mas o inferimos. A forma súbita com que muitos efeitos se destacam nos confunde; mas é uma subitaneidade que existe apenas para nós. Neste segundo de subitaneidade há um número infundável de processos que nos escapam. Um intelecto que visse causa e efeito como um *continuum*, e não, à nossa maneira, como arbitrário esfacelamento e divisão, que enxergasse o fluxo do acontecer – rejeitaria a noção de causa e efeito e negaria qualquer condicionalidade” (NIETZSCHE, 2009, pp 140-141).

Para Foucault a tarefa da filosofia é pensar o presente e não tentar entender o antes, ele faz uma recusa a hermenêutica ao buscar, não um sentido por de traz dos textos, mas as relações de força presentes que o constituem. “O que esta em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si para constituir um conjunto de proposições

aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos” (FOUCAULT, 2011, p.4).

Foucault se inspira em Kant – pois esse pensa quem somos nós – para recusar justamente o que somos e o que fizemos de nós. Considera a individualização uma fabricação social e a totalização ou a população uma forma de marcar o indivíduo enquanto grupo. Para a ele, o processo de individualização é mais importante, portanto, para nos livrarmos do Estado, é preciso nos livrarmos do Estado em nós mesmos; mudar a realidade iniciada por nós; promover novas formas de subjetividade; imaginar e construir o que poderíamos ser; usar a imaginação política a favor de nossa própria autonomia. É por isso que na primeira hora da aula do dia 17 de fevereiro de 1982, ministrada no *Collège de France*, Foucault destaca o modelo helenístico do cuidado de si, onde, diferente do modelo cristão e do modelo platônico, o cuidado de si não supõe um conhecimento de si, ou seja, uma verdade a ser dita sobre si mesmo, e, no caso do modelo cristão, uma renúncia daquilo que se é – dessa verdade enunciada sobre nós mesmos – como objetivo final.

“Diferentemente do modelo platônico, ele [o modelo helenístico] não identifica cuidado de si no conhecimento de si. Ao contrário, tende a acentuar e privilegiar o cuidado de si, a preservar-lhe pelo menos a autonomia em relação ao conhecimento de si, cujo lugar,

como veremos, é afinal limitado e restrito. Em segundo lugar, diferentemente do modelo cristão, o modelo helenístico não tende, absolutamente, à exegese de si nem à renúncia a si, mas ao contrário a constituir o eu como objetivo a alcançar” (FOUCAULT, 2011B, p.230).

Para Kant há indivíduos que voluntariamente se assujeitam, mas por própria culpa, é preciso ter coragem e usar a razão. As pessoas são menores por causa da preguiça e obedecem voluntariamente os outros. Dessa forma o iluminismo seria um processo pessoal de heteronomia para a autonomia e não um processo histórico.

Kant, assim como Foucault afirma que é preciso sair da menoridade, ou seja, ter coragem e utilizar da própria razão para deixar de ser rebanho. Não há sujeição natural, mas sim situações sociais que contemplam uma relação de assujeitamento.

Existem relatórios por todos os lados que forjam nossa maneira de ser, nossa personalidade e as pessoas acabam interiorizando aquilo que lhe é dito. Ao mesmo tempo não podemos ser totalmente autônomos mas é preciso o tempo inteiro ultrapassar limites e se libertar de entraves internos. É preciso escapar das determinações da vida e fazer de nossa vida uma vida de artista; a vida como uma obra de arte. Segundo Deleuze,

“são os estilos de vida, sempre implicados, que nos constituem de um jeito ou de outro [...] e será que isso não está presente desde a primeira filosofia de Foucault: o que somos ‘capazes’ de ver e dizer

(no sentido do enunciado)? Mas se há nisso toda uma ética, há também uma estética. O estilo, num grande escritor, é sempre também um estilo de vida, de nenhum modo algo pessoal, mas a invenção de uma possibilidade de vida, de um modo de existência” (DELEUZE, 2010, p.130).

Anexo 2

Evento: Seminário *Código florestal: avanço ou ameaça ?*

Local: Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, sp

Palestrante: Marina Silva

Comentários: André Nassar e Fernando de Castro Reinach

Data: 27/09/2011

Horário de início: 17h30m

Horário de término: 19h40m

Público presente: entre 200 pessoas

Fernando Henrique Cardoso fez as honras da casa cumprimentando o público e os palestrantes. Abriu a discussão falando sobre a necessidade da manutenção de uma agricultura moderna e ativa e da proteção do meio ambiente. Fez elogios a figura de Marina Silva, dizendo que mesmo quando ela era senadora de oposição, eles mantinham um diálogo produtivo e citou algumas cartas que Marina teria lhe enviado, durante esse período, que não tinham ido à público, mas que demonstravam sua integridade e sinceridade. F.H.C. deixou a mesa para dar lugar à Sérgio Fausto, superintendente executivo do instituto e mediador do debate que logo deu a palavra a senadora Marina Silva.

Marina começou sua fala agradecendo a Deus, a Fernando Henrique Cardoso entre outros. Citou a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, de F.H.C., então presidente da república, que aumentou a reserva legal na Amazônia e teria sido um passo importante na luta pela preservação ambiental.

A primeira parte de seu discurso foi uma contextualização do momento em que acontecem essas discussões sobre o código florestal. Segundo ela, o mundo está passando por múltiplas crises: econômica, social, ambiental e de valores. A crise econômica está diretamente ligada à crise dos valores que trataremos mais a frente. Com relação a crise social existem 2 bilhões de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por mês, desses, 16 milhões estão no Brasil. A crise ambiental se dá com o perigo da elevação da temperatura no planeta que levaria à morte os seres vivos. Nesse momento Marina aponta para o problema da morte como grande questão da humanidade. Marina fala da necessidade de uma *inflexão civilizatória*, que ainda não tem modelo, pois nenhum país conseguiu resolver seus problemas ambientais, mas que deve girar em torno de uma *descontinuidade produtiva*.

A realidade nos dá as respostas que precisamos⁵⁰ para a solução dos problemas, no caso da crise ambiental a resposta técnica já está dada: utilização de fontes alternativas de energia.

O equilíbrio do planeta seria interessante tanto para países pobres quanto para países ricos, nesse sentido, Marina faz uma alusão à fábula do lobo e do cordeiro, de La Fontaine, como se os dois fossem vítimas do mesmo processo, o lobo representando os países ricos e o cordeiro os pobres.

⁵⁰ Marina cita Nadia Bossa – uma psicopedagoga com mestrado em Psicologia da Educação na PUC-SP – que fala que a realidade responde na língua em que é perguntada, a realidade é poliglota, nós é que somos monoglotas. Portanto devemos interpretar as diferentes respostas dadas pela realidade.

A todo momento Marina fala da importância de uma ação conjunta entre governos e sociedade civil para solucionar o problema ambiental, fala também da importância de um diálogo entre as ciências, citando Edgar Morin e sua idéia de *diálogo de saberes*, que mais para frente de seu discurso Marina adaptará para um *diálogo de querereres*.

A crise dos valores seria a mais importante e a base de todas as outras. Nesse momento ela começa sua exposição fazendo referência a um artigo de Contardo Calligaris, publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, onde o autor fala que a humanidade está adoecendo por falta de sentido, de significado das coisas. Marina diz que é preciso um processo de re-significação das experiências humanas, que ultrapassa a queixa pela queixa e que alcança uma descontinuidade produtiva.

Ao falar especificamente do código, Marina diz que esse exige uma ética de valores que nos permita construir hoje o futuro de nossos filhos e netos. Segundo ela, o código foi feito por pessoas que conseguiam antecipar as coisas, por exemplo: o código já anunciava o problema da erosão do solo.

Segundo Marina, não podemos generalizar e achar que todo agronegócio é a favor da erosão. Tem uma parcela do agronegócio que acha possível aumentar a produção e preservar o meio ambiente, mas esta parte tem que aparecer.

Há áreas já abertas que podem produzir mais e áreas que devem ser sustentáveis. Desde o “Nosso Futuro Comum” os ambientalistas dizem que é

preciso desenvolver, porém de forma sustentável. Assim o sócio-ambientalismo não está apenas no campo ambiental, mas em todas as áreas.⁵¹

O problema da reforma do código é que algumas alterações seriam uma regressão as conquistas da constituição de 1988, onde o meio ambiente saudável aparece como um direito. Para Marina é preciso “passar no teste e não mudar o teste”. Nesse momento agradece aos professores caxias que teve – que todo aluno acha chato – mas são mais importantes do aqueles que deixam todos passar.

A reforma do código acontece em um momento de fartura, o desmatamento está caindo, a pobreza está diminuindo, estamos economicamente bem, o social e o ambiental podem coexistir através de uma *inflexão civilizatória*. É preciso criar um texto, não de um setor ou de um grupo, mas de todo o Brasil, é preciso ações afirmativas, transformar o código florestal em políticas florestais, criar um espaço de convergência, um *diálogo dos quereres*.

⁵¹ Aqui notamos a presença do conceito de *sustentabilidade ampliada*, que aparece pouco desenvolvido no texto da Agenda 21 Brasileira: o conceito pode ser definido na seguinte frase “sustentabilidade permeando todas as dimensões da vida” (p.18).

Anexo 3

Projeto Temático FAPESP Ecopolítica

Relatório sobre o *Simpósio de Ecosofia: ecologia, redes digitais e sustentabilidade*

Autor: Vitor Osório

Maio/2011

O evento ocorreu no dia 27 de abril de 2011, no teatro da Aliança Francesa, na Rua General Jardim em São Paulo, SP. Teve apoio institucional da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) – uma sociedade civil que tem como foco discutir a comunicação empresarial como função administrativa e política⁵² – e da Klabin, uma empresa de 1899, produtora, exportadora e recicladora de papeis.⁵³ Foi realizado com patrocínio da Petrobras e do Governo Federal.

O evento estava programado para começar às 14h30 e atrasou 20 minutos. Cerca de 250 pessoas entre organizadores, conferencistas e público estavam no local. O perfil da plateia era diversificado e notava-se a presença de estudantes.

José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), colaborador da coluna de opinião do jornal *Valor Econômico* e Massimo di

⁵² Mais informações no site da associação: <http://www.aberje.com.br>

⁵³ Mais informações no site da empresa: <http://www.klabin.com.br>

Felice, professor doutor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA) fundador do centro de pesquisa digital ATOPOS (ECA/USP), foram os conferencistas.

O primeiro a falar foi José Eli da Veiga, que, devido a uma viagem para o Rio, onde participaria de um encontro do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) onde se discutiria algumas questões referentes ao Rio + 20, a “mais importante conferência das nações unidas sobre Desenvolvimento Sustentável dos últimos tempos”⁵⁴, teve que resumir sua exposição. Essa foi dividida em quatro partes:

- 1) O que é sustentabilidade
- 2) O que é desenvolvimento
- 3) O que é desenvolvimento sustentável
- 4) Ecologia e Ecosofia

Veiga salientou que *sustentabilidade*, como substantivo, é um termo muito novo, já o adjetivo *sustentável* é mais antigo e se relaciona com uma taxa de exploração sustentável do meio ambiente.

Segundo Veiga, ao nos perguntarmos o que é sustentabilidade, três respostas aparecem: uma otimista, outra pessimista, e uma terceira que seria uma negação das outras duas.

⁵⁴ INSTITUTO ETHOS. “A Rio + 20 e o protagonismo brasileiro”. Disponível em: <http://institutoethos.blogspot.com/2011/04/rio-20-e-o-protagonismo-brasileiro.html> (acesso em: 27/04/2011).

A visão otimista relaciona indicadores de deterioração ambiental com o índice de renda *per capita*. Quanto mais desenvolvida uma economia, mais estruturada para se preocupar com o impacto ambiental. É preciso enriquecer cada vez mais. Os exemplos dos rios Tamisa e Senna, que foram totalmente recuperados podem ser usados a favor dessa teoria. Porém, Veiga diz na exposição que, se fosse assim, o problema do aquecimento global estaria sanado, já que o desenvolvimento econômico mundial chegou no nível pré-estabelecido para tratar essa questão.

A visão pessimista, sustentada por Nicholas Georgescu-Roegen, é a de que é preciso parar de crescer para brevar a deterioração ambiental. Georgescu usa um conceito da física, a entropia, para fundamentar sua posição. Georgescu

lançou o alerta sobre o inexorável aumento da entropia. Baseado na segunda lei da termodinâmica, ele assinalou que as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis.⁵⁵

O crescimento econômico é apenas uma fase: teríamos que decrescer; precisaríamos parar de produzir armas; não seriam mais possíveis as guerras.

⁵⁵ VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.p.111

Veiga afirmou, na conferência, que esse programa é inaplicável, pois “não está nos planos da humanidade prolongar sua vida no planeta, mas torná-la excitante”. Chama-nos a atenção como Veiga relaciona a produção de armas e as guerras a uma vida excitante.

Dentro dessa perspectiva pessimista, Veiga destaca também a posição de Herman Daly, um discípulo de Georgescu, que defende uma *condição estável*, em que o crescimento não é zero, mas esse aconteceria no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, operando por meio de substituições, por exemplo, energia limpa no lugar de energia fóssil.

A 3ª via, segundo Veiga, seria uma negação das duas anteriores. Os recursos naturais devem ser preservados ao invés de destruídos, mas o crescimento também não deve ser brechado.

Veiga salientou que o principal ponto de sua exposição era *o que é sustentabilidade*, os outros pontos de sua apresentação foram expostos de uma maneira apressada. Essa primeira parte e mais importante de sua exposição, pareceu-nos baseada na parte II, “o que é sustentabilidade”, de seu livro *Desenvolvimento Sustentável – o desafio do século XXI*.⁵⁶

Ao falar de desenvolvimento, disse existir 3 significados: crescimento, miragem “pós desenvolvimento” e expansão da liberdade humana. Veiga se mostrou mais simpático ao último significado.

⁵⁶ IDEM, Idem.

Ao falar de *desenvolvimento sustentável*, diferenciou dois tipos de interpretação, uma analítica e outra dialética. A primeira teria mais dificuldade para conciliar os dois termos que parecem ser contraditórios, e chegaria a conclusão de se tratar de uma responsabilidade presente, mas tendo o futuro em jogo. Já de uma forma dialética, justamente por operar por meio de contradições, essa dificuldade não existiria.

Chamou nossa atenção a forma displicente com que Veiga se referiu ao conceito *ecologia profunda*, proposto pelo filósofo norueguês Arne Naess. Ao mesmo tempo em que demonstrou não acompanhar mais os grupos defensores desse conceito, disse que, quando viveu na Califórnia, eles defendiam a disseminação do vírus da Aids nos países africanos como uma forma de controle populacional, e eram contra o envio de alimentos à Etiópia pois isso seria ambientalmente prejudicial. Segundo Veiga, a *ecologia profunda* seria “um uso mecânico da ecologia nas ciências sociais.” Veiga se mostrou impaciente quando essas últimas afirmações foram questionadas por uma pessoa da plateia, parte do público “encerrou” a discussão vaiando e reprimindo a mulher que o havia questionado.

O segundo a expor foi Massimo, sua exposição teve uma abordagem mais filosófica do que a de Veiga. Tratou de questões como a relação sujeito/objeto, e a relacionou com uma visão linear, em oposição ao que ele

defende: uma perspectiva complexa baseada na teoria do conhecimento complexo fundamentada por Edgard Morin.

Segundo Massimo, a realidade seria impossível de ser observada já que não nos encontramos numa posição exterior à ela. As redes digitais seriam uma expressão de um conhecimento pós complexo, que opera por meio de fluxos ou informações interativos; são possibilidades, formas de apresentação que não podem ser observadas do exterior. As tecnologias são parte da natureza e criam uma relação atópica com o território ao desmaterializá-lo. Assim, a relação de sujeito e natureza proveniente do pensamento ocidental não é capaz de explicar a realidade atual.

Massimo cita a *mentalização*, um conceito de Gregory Bateson, como uma forma de entender a relação entre o homem e o ambiente. Segundo essa perspectiva, o que existe é uma troca de informações entre organismos e o ecossistema. Então, somos o que é externo também e não podemos ser definidos porque estamos em constante transformação. A sustentabilidade deve acontecer porque nós somos o que está à nossa volta. Para isso, as redes eletrônicas possibilitam fluxos de informações de diversos setores como empresas; sociedade civil e movimentos sociais.

A exposição de Massimo foi bem mais consistente do que a de Veiga. Esse, não se preocupou, talvez pela pressa, em fundamentar seus argumentos e demonstrava certo tédio com o assunto. Massimo, ao contrário,

demonstrava bastante segurança na sua exposição, fundamentando-a por meio de diversas possibilidades e sua empolgação com o tema era evidente.

Tanto Veiga quanto Massimo não vêem saída à lógica capitalista: o primeiro ao classificar a teoria pessimista da sustentabilidade – que afirma a necessidade de brechar o crescimento econômico – como utópica; o segundo ao naturalizar as relações por meio das tecnologias atuais. Ambos têm uma aparência de nova vanguarda, mas são parceiros de governos, empresas, ONGs que perpetuam uma ordem e uma lógica conservadora.

Anexo 4

**Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle***

Relatório Rio+20

Pesquisador: Vitor Amaral Osório

Fevereiro de 2012

Introdução

Esse relatório está inserido nas atividades do Projeto Temático FAPESP *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*. Compreendido no fluxo de estudos das políticas de meio ambiente. O relatório procura descrever a estrutura de organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), as instituições e organizações envolvidas no processo preparatório assim como um resumo do último documento preparatório para a Conferência.

Rio+20: estrutura de organização e funcionamento

A Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável acontecerá na cidade do Rio de Janeiro entre 20 e 22 de Junho deste ano. A conferência será procedida pela terceira reunião do Comitê Preparatório (Prepcom3), de 13 a 15 de junho de 2012. Existem dois temas centrais que serão discutidos na conferência oficial: *A transição para uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional (instrumentos de governança) para o desenvolvimento sustentável*⁵⁷.

Haverá uma reunião plenária de abertura que acontecerá no dia 20 de junho às 10 da manhã, onde serão eleitos, o Presidente da Conferência e os funcionários, assim como o estabelecimento de um Comitê Principal e a indicação de membros do Comitê de Credenciais e disposições sobre a preparação do relatório da Conferência. A abertura oficial da Conferência está marcada para às 15horas do dia 20 e falarão o Presidente da Conferência, o Presidente da Assembléia Geral, o Secretário Geral das Nações Unidas e o Secretário Geral da Conferência.

As reuniões plenárias acontecerão de manhã e à tarde e as pautas serão ainda definidas e os oradores serão escolhidos por sorteio.

⁵⁷ resolução ONU GA 64/236 disponível em www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml acessado em 16/02/2012.

A programação das reuniões estará disponível diariamente no “Journal of the United Nations” detalhando atividades diárias e informações tais como títulos, horários e lugares de reunião, itens da pauta a serem considerados e documentação relevante.⁵⁸

Em paralelo às reuniões, acontecerão “quatro mesas redondas de alto nível” que terão o tema comum: “olhando para frente na implementação dos resultados esperados da conferência”⁵⁹. Essas serão compostas por dois Copresidentes e um relator que serão indicados pelo presidente da Conferência entre as autoridades participantes⁶⁰. Terá também 70 cadeiras, sendo 50

⁵⁸ *Informações preliminares aos participantes da Rio+20*, disponível em inglês no www.unu.org.br/rio20/img/2012/01/350Information_note_19_Jan.pdf acessado em 18/02/2012.

⁵⁹ *Idem*

⁶⁰ poderão participar da conferência:

- (a) Representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas;
- (b) A Santa Fé (Vaticano), na qualidade de Estado Observador; a Palestina, na qualidade de observador; e a União Europeia, na qualidade de observador
- (c) Representantes de organizações intergovernamentais e outras entidades que tenham recebido convite permanente da Assembleia Geral para participar das sessões e nos trabalhos de todas as conferências internacionais convocadas sob seus auspícios na qualidade de observadores de acordo com as regras de procedimento da Conferência.
- (d) Outras organizações intergovernamentais relevantes que foram credenciadas para Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, bem como organizações relevantes das Nações Unidas;
- (e) Representantes de outras organizações aprovadas pela Assembleia Geral para participar da Conferência.
- (f) Organizações não governamentais e outros major groups que estão atualmente em status consultivo com o Conselho Econômico e Social como organizações não governamentais, incluindo aquelas no rol da lista da Comissão de Desenvolvimentos Sustentável;
- (g) Organizações não governamentais e outros major groups aprovados pela Assembleia Geral para participar da conferência. (*idem*).

reservadas para delegações governamentais e 20 para os outros participantes inclusive membros dos *major groups*.

As línguas oficiais da conferência serão as mesmas da Nações Unidas: Árabe, Chinês, Inglês, Francês, Russo e Espanhol. Declarações feitas em qualquer uma das seis línguas oficiais serão interpretadas para as outras línguas oficiais. “Qualquer representante pode fazer declarações numa língua que não seja oficial. Em tais casos, a delegação deverá fornecer uma interpretação ou um texto escrito da declaração em uma das línguas oficiais”⁶¹.

Serão disponibilizadas catorze salas, com capacidade para seis pessoas cada, para a realização de reuniões bilaterais entre Estados-Membros no nível de Chefe de Estado ou Governo ou Ministerial. Para acesso ao local das conferências será necessária apresentação de credencial emitida pelas Nações Unidas. “Chefes de Estado ou Governo, Vice-Presidentes e Príncipes da coroa, assim como seus cônjuges estão isentos de verificação”⁶².

Processo Preparatório e Major Groups

Para conduzir o processo preparatório da conferência os Estados-Membros elegeram, um Bureau composto por 10 membros (dois representantes de cada região do planeta) e o Brasil como membro ex-officio.

⁶¹ *Informações preliminares aos participantes da Rio+20*. Op cit.

⁶² *Idem*

Há dois coordenadores executivos, Sra. Elizabeth Thompson e Sr. Brice Lalonde, que auxiliam o Secretário Geral da Conferência, Sr. Sha Zukang, e os membros do Bureau na condução do processo preparatório, e todos esses contam com o apoio do Sistema ONU que atua por meio do Comitê Executivo de Assuntos Sociais e Econômicos (EC-ESA); o Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDG); e o Grupo de Gestão Ambiental (EMG).

Aliado a esse corpo institucional, participam da preparação da conferência os *Major Groups*. Esses estão divididos em nove grupos: Negócios e Indústria; Crianças e Jovens; Agricultores; Povos Nativos; Autoridades Locais; ONGs; Comunidade Científica e Tecnológica; Mulheres; Trabalhadores e Sindicatos. Estes representam a participação da sociedade civil dentro da Conferência Oficial

O desenvolvimento sustentável requer que os *Major Groups* – mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústrias, a comunidade científica e tecnológica, e agricultores – desempenhem um papel significativo em todos os níveis. É importante permitir que todos os membros da sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento sustentável incorporando seus conhecimentos específicos e *know-how* prático na elaboração de políticas nacionais e locais⁶³.

⁶³ *Organização das Nações Unidas: o futuro que queremos*. Apresentado pelos Co-Presidentes em nome do Departamento de acordo com a decisão tomada na Prepcom2 para apresentação do esboço inicial do documento de resultados para análises por parte dos Estados-Membros e outros stakeholders. Disponível em www.onu.org.br acessado em 17/02/2012.

Como veremos, a representação da sociedade civil dentro da Conferência Oficial resume-se a ONGs, outras organizações, associações internacionais e empresas que fazem parte do quadro institucional da ONU.

O *major group* para negócios e indústria conta com a coordenação da Basd2012 (coordenadora oficial das Nações Unidas dos negócios e da indústria). É a coalizão dos principais grupos de empresas internacionais que estão comprometidos com o desenvolvimento sustentável com o objetivo de: a) incentivar as empresas de todos os tamanhos a abraçar os princípios da sustentabilidade consagrados no Pacto Global da ONU, b) reconhecer o progresso feito em direção ao desenvolvimento sustentável nos últimos 20 anos, c) reconhecer a necessidade de acelerar os esforços a fim de alcançar a sustentabilidade d) aumentar a contribuição de conferências para tornar os mercados sustentáveis e inclusivos.⁶⁴

O *major group* para crianças e jovens é composto por “jovens a fim de decidir sobre o próprio futuro”⁶⁵. A organização destes jovens é coordenada pela Rio+Twenties, uma organização liderada por jovens, baseada no trabalho voluntário, que “está ajudando a criar uma plataforma para a participação ativa da juventude na Rio+20”⁶⁶. Ben Vanpepestraeta da Bélgica, Brandon Coolseat da Bélgica, Felix Beck da Alemanha, Michaela Hagenboon da Holanda, Pieter Jan da Bélgica, Sabá Lofns da Irlanda e Sébastien Duyce da França são os organizadores da Rio+Twenties. Esta é responsável pela

⁶⁴ Disponível em www.basd2012.org acessado em 20/01/2012.

⁶⁵ rioplustwenties.org

⁶⁶ Idem.

formulação de um documento contendo as perspectivas de jovens de todas as regiões do planeta que contribuíra nas decisões em torno da Rio+20. Além da Rio+Twenties, a organização do Major Group para crianças e jovens conta com a participação da CSD Youth Caucus, uma rede internacional de jovens que participam regularmente da comissão da ONU sobre desenvolvimento sustentável.

O *major group* para agricultores é coordenado pela *Copa- European Farmers* (comitê das organizações de agricultores profissionais da União Européia) e pela *Cogeca- European Agri-cooperatives* (comitê geral de cooperativas de agricultores e pescadores da União Européia). Representam os interesses particulares e gerais dos fazendeiros e das cooperativas de agricultores e pescadores da União Européia⁶⁷.

O *major group* para povos nativos é coordenada pela *Indigenous Peoples International Center for Policy and Education*. Uma organização que considera os povos indígenas e seus conhecimentos tão importantes quanto a ciência para monitorar e definir indicadores em benefício do desenvolvimento sustentável⁶⁸.

O *major group* para autoridades locais é organizado pela *Local Governments for Sustainability*, uma organização com mais de 1220 autoridades locais associadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Essas

⁶⁷ www.copa-cogeca.be acessado em 15/02/2012

⁶⁸ www.tebtebba.org acessado em 15/02/2012

são essenciais para o processo decisório da conferência já que representam um nível de governo mais próximo do povo.

O *major group* para ONGs conta com o site, rioplus20ngo.ning.com, uma plataforma eletrônica onde as ONGs vinculadas a ONU podem trocar informações sobre eventos relacionados a Rio+20.

O *major group* para comunidade científica e tecnológica é organizado pela International Council for Science (ICSU), uma organização não governamental com uma adesão global de organismos científicos de diferentes nacionalidades (120 membros, representando 140 países), sindicatos científicos internacionais (31 membros), mobilizando conhecimentos e recursos da comunidade científica. Conecta o conhecimento científico à elaboração de políticas e é dividida em três principais áreas de atividade: colaboração internacional de pesquisa/ ciência para a política/ universalidade da ciência.

As Mulheres da Rio 2012 é o órgão de coordenação e tomada de decisão do *major group* das mulheres. Baseado na Holanda, Alemanha e França é uma rede internacional de mulheres trabalhando em questões do desenvolvimento sustentável. Reúne 100 organizações membro e membros individuais que se interessam em um ambiente saudável, em fortalecer o papel das mulheres e promover uma abordagem de gênero e direitos fundamentais na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

O *major group* de trabalhadores e sindicatos é organizado pela *International Trade Union Confederation* (ITUC), que é a principal organização sindical internacional e representa “os interesses da classe trabalhadora em todo o mundo”⁶⁹. Uma das preocupações da organização é em relação as mudanças climáticas. É necessário impedir uma trajetória em direção à uma catastrófica mudança climática para assim “garantir, empregos e bem-estar social dos trabalhadores em todos os lugares, e o futuro a longo prazo do planeta”⁷⁰.

O Futuro Que Queremos

Em janeiro deste ano foi produzido um documento – *O Futuro Que Queremos* – no Comitê Preparatório 2 para a Rio+20, que deve ser discutido e provavelmente adotado pelas autoridades durante a Conferência em junho. Nele o desenvolvimento sustentável é a meta a ser alcançada, por meio da implementação de uma *economia verde*, e do direcionamento, numa mesma direção, de políticas e instituições regionais, nacionais e internacionais. O documento tem a intenção de fortalecer os acordos e compromissos⁷¹ de

⁶⁹ fonte www.ituc-csi.org acessado em 16/02/2012

⁷⁰ idem.

⁷¹ a) Carta das Nações Unidas;

b) Declaração da Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

c) Agenda 21;

d) Programa de Implementação Contínua da Agenda 21;

políticas internacionais, metas regionais, nacionais e internacionais, estabelecidos em reuniões, encontros, assembleias, fóruns e convenções organizados pelas Nações Unidas ou organizações vinculadas a esta.

Os temas principais da Conferência, são abordados do seguinte modo no documento preparado pela Prepcom².

[A. Transição para uma Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza]

Dentro do contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza a economia verde tem um papel fundamental. Ela é “uma estrutura de tomada de decisões para fomentar a consideração integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável em todos os domínios relevantes de tomadas de decisões pública e privada”⁷².

-
- e) Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável;
 - f) Plano de Implementação da Cúpula Global sobre o Desenvolvimento Sustentável;
 - g) Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurício para Implementação;
 - h) Os Princípios da ECO-92;
 - i) Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento;
 - j) Declaração de Doha sobre Financiamento para Desenvolvimento;
 - k) Declaração Política sobre as necessidades de desenvolvimento da África;
 - l) Programa de Ação de Istambul para Países Menos Desenvolvidos.

⁷² *Organização das Nações Unidas: o futuro que queremos*. Op cit.

A ONU pretende desenvolver um kit de opções políticas⁷³, baseado em experiências bem sucedidas, para que os países que ainda se encontram num estágio inicial de estabelecimento da economia verde possam desenvolvê-la levando em consideração suas peculiaridades. Será apoiada a criação de uma plataforma internacional⁷⁴ de compartilhamento de conhecimento, implementada pelo Secretário Geral – em consulta com organizações internacionais e entidades relevantes às Nações Unidas – para facilitar a elaboração e a implementação da economia verde pelos diversos países.

A *economia verde* passará por um processo parecido em todos os países: novos investimentos; formação de novas habilidades; desenvolvimento; transferência e acesso a tecnologias, fomentação de capacidades. Sua implementação no âmbito global passará por três estágios até o ano de 2030.

⁷³ a) Investimentos regulatórios, econômicos e fiscais;
b) Investimento em infraestrutura verde;
c) Incentivos financeiros;
d) Reforma de subsídios;
e) Contratações públicas sustentáveis;
f) Divulgação de informações;
g) Parcerias voluntárias.

⁷⁴ Incluindo:
a) um menu de opções políticas;
b) um instrumental de boas práticas na aplicação de políticas de economia verde nos níveis regionais, nacionais e locais;
c) um conjunto de indicadores para medir o progresso;
d) um diretório de tecnologia, financiamento e serviços técnicos que possam auxiliar países em desenvolvimento.

O primeiro 2012-2015, será caracterizado pelo estabelecimento de indicadores e medidas para analisar o progresso, assim como o fortalecimento da comunicação e da transferência de tecnologias e compartilhamento de experiências. No segundo, 2015-2030, ocorrerá a implementação e avaliação periódica de seu desenvolvimento. Em 2030 haverá uma avaliação geral do processo.

[B. Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável ou Fortalecimento da Governança.

Com relação a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável ou o fortalecimento da governança, o desenvolvimento acontecerá no seguinte sentido:

- a) integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável e implementação da Agenda 21;
- b) Respeito aos princípios de universalidade, democracia, transparência, custos acessíveis e responsabilidade;
- c) Tomada de decisões integradas em todos os níveis;
- d) Reforços a coerência entre agências, fundos e programas do sistema ONU, incluindo instituições financeiras internacionais;
- e) Afirmação da Assembleia Geral com agência de estabelecimento de políticas mais elevadas;

- f) Afirmação do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) como fórum central para deliberações intergovernamentais sobre questões econômicas e sociais;
- g) Reafirmação da Comissão sobre o desenvolvimento sustentável como a comissão de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável no Sistema ONU, ou a transformação dessa comissão em um Conselho de Desenvolvimento Sustentável que trabalhará baseado nos documentos relacionados ao desenvolvimento sustentável como a Agenda 21 e os Princípios da Eco-92;
- h) Fortalecimento da UNEP, a agência especializada em propostas ambientais, e aumento de sua base financeira;
- i) Reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável precisa ser levado em consideração pelas Instituições Financeiras Internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os bancos de desenvolvimento regional e a Organização Mundial do Comércio;

Os países devem criar conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável que assegurem a institucionalização das questões com a plena participação dos *stakeholders*⁷⁵. É preciso reconhecer a importâncias de políticas de desenvolvimento urbano sustentável, portanto, os Chefes de

⁷⁵ Esse termo aparece diversas vezes no documento, sempre associado a tomadas de decisões. Segundo o dicionário Oxford, publicado pela Oxford University Press, 2000, *stakeholder* é uma pessoa ou empresa associado, pelo dinheiro, à uma organização, projeto ou sistema específico.

Estado e governos que comparecerão à Rio+20, devem se comprometer a dar suporte às cooperações internacionais entre entidades locais.

[C. Ações Prioritárias]

Para que o desenvolvimento sustentável seja implementado por meio da economia verde, é preciso dar atenção especial a algumas *áreas prioritárias*. É o caso da segurança alimentar, água, energia, cidades, trabalhos verdes - inclusão social, oceanos e mares, desastres naturais, mudanças climáticas, florestas e biodiversidade, degradação do solo e desertificação, montanhas, produtos químicos e dejetos, consumo e produção sustentável, educação e igualdade dos sexos.

Segurança alimentar:

É preciso reafirmar o direito à alimentação, convocando os governos nacionais a ampliarem o investimento na produção local de alimentos, por meio de sistemas de produção mais transparentes assim como a aplicação de tecnologias apropriadas para a agricultura sustentável.

Água:

Reconhecer a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, para a erradicação da pobreza e da fome, para a saúde pública, segurança alimentar, energia hidrelétrica e desenvolvimento rural. É preciso reafirmar os acordos do Plano de Implementação de Joanesburgo o compromisso com a Década Internacional 2005-2015 para Ação Água para Vida.

Energia:

Incentivar as energias renováveis com a intenção de dobrar a participação delas na *matriz energética global* até 2030. Assim como reduzir a emissão de carbono.

Cidades:

Eficiência no transporte público e na comunicação, melhorar qualidade do ar e da água.

Trabalhos Verdes – inclusão social:

Uso da biodiversidade com propósitos econômicos, além da criação de um mercado de energia renovável para geração de empregos; geração de empregos e riquezas para a inclusão social; criação de trabalhos verdes para a implementação da economia verde; oferecer proteção social para todos os cidadãos.

Oceanos e mares:

Confirmação da importância dos oceanos e mares, e a necessidade de um gerenciamento sustentável e do compartilhamento igualitário dos recursos marinhos; reafirmar a importância dos corais, baseando a cooperação a partir da Iniciativa do Triângulo de Coral e na Iniciativa Internacional de Recifes de Coral, além de endossar o Processo Regular para o Levantamento Global de Espécies Marinhas; iniciar a implementação de um acordo para conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais⁷⁶; renovar o compromisso com o Plano de Ação Global para combater a poluição marinha; Preservar e restaurar os cardumes de peixes até níveis sustentáveis.

Mudanças Climáticas:

Considerar como um dos maiores desafios de nossa época e *aguardar ansiosamente* a implementação dos acordos firmados na COP17 de 2011.

Florestas e Biodiversidade:

Gerenciar de forma sustentável as florestas e implementar o Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI); Afirmar o Protocolo de Nagoy; Implementar o uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas.

⁷⁶ Ou seja, uma ampliação da exploração da biodiversidade marinha.

Degradação do solo e desertificação:

Reconhecer a importância econômica e social do solo; apoiar a implementação da Convenção para Combater a Desertificação da ONU (UNCCD).

Dejetos e produtos químicos:

Ampliar os esforços que beneficiam um regime internacional mais coerente e eficiente para o ciclo de vida dos produtos químicos; reconhecer a Convenção de Basel, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos.

Educação:

Uma educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusão social; as universidades devem dar o exemplo transformando seus campos em ambientes sustentáveis.

Igualdade dos sexos:

Apoiar o trabalho da ONU Mulheres para obter igualdade dos sexos, dando poder às mulheres em todos os aspectos da vida, trazendo uma maior

atenção às ligações entre igualdade dos sexos e a promoção do desenvolvimento sustentável⁷⁷.

[D. Meios de implementação]

Para que a implementação de todos esses indicadores sejam mensuradas é preciso criar uma outra medida, além do PIB, que contemple a dimensão econômica, social e ambiental. Junto com a criação de um conjunto de Metas Globais de Desenvolvimento que de conta das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim como será preciso que os países ricos cumpram seus compromissos de assistência oficial, destinando 0.7% de seus PIBs para o desenvolvimento de países em desenvolvimento até 2015, e 0,15% a 0,20% do PIB para países ainda menos desenvolvidos seguindo as a linha do Programa de Ação de Istambul pelos Países Menos Desenvolvidos. É importante também que os membros da OMC se esforcem para implementar um sistema de comércio universal, regulamentado, voltado para o desenvolvimento das negociações da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

⁷⁷ Até a igualdade de sexo é sustentável!

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, Argos, 2010.

BEYUS, Joseph. "Conclamação à Alternativa". In: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós*, In: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós* realizada no Sesc Pompéia entre Setembro e Novembro de 2010. Associação Cultural Videobrasil, Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo, direção e curadoria geral de Solange Oliveira Farkas, curador convidado Antonio d' Avossa. Edições SESC-SP, São Paulo, 2010.

D'AVOSSA, Antonio. Joseph Beuys: a revolução somos nós, In ____.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 2011.

GABEIRA, Fernando. *Vida Alternativa: uma revolução do dia a dia*. Porto Alegre, LP&M, 1985.

Manifesto do Partido Verde apud SANTOS, Adriana Vitória. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes: 2005.

PASSETTI, Edson. Foucault e a Transformação, in *Pensamento e Teoria nas Ciências Sociais – Referências clássicas e contemporâneas*. Orgs. Lúcia Bogus, Simone Wolff, Vera Chaia. EDUC, São Paulo:2011.

RAPPMANN, Rainer. Universidade Livre Internacional, in: catálogo da exposição *Joseph Beyus A revolução Somos Nós* realizada no Sesc Pompéia entre Setembro e Novembro de 2010. Associação Cultural Videobrasil, Serviço Social do Comércio Administração Regional no Estado de São Paulo, direção e curadoria geral de Solange Oliveira Farkas, curador convidado Antonio d' Avossa. Edições SESC-SP, São Paulo, 2010.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

Sites

www.ituc-csi.org

www.ybytucatu.com.br

www.polis.org.br

www.alliance21.org

www.tebtebba.org

www.copa-cogeca.be

www.onu.org.br

<http://www.minhamarina.org.br>

www.eduardorombauer.wordpress.com

www.enap.gov.br

www.eduardorombauer.wordpress.com

www.enap.gov.br

www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml

<http://institutoethos.blogspot.com/2011/04/rio-20-e-o-protagonismo-brasileiro.html>